

Raio Laser

A ponte vai sair

O vice-governador e atual secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado, João Leão, é um dos principais entusiastas do projeto de construção da Ponte Salvador-Itaparica, que compõe o Sistema Viário Oeste (SVO). Ontem ele capitaneou a apresentação dos detalhes técnicos do projeto para investidores chineses, italianos, espanhóis e franceses, na sede da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), em Salvador. O encontro reuniu representantes das empresas interessadas, dos organismos financiadores nacionais e estrangeiros, além dos secretários Walter Pinheiro (Planejamento), Bruno Dauster (Casa Civil) e Marcus Cavalcanti (Infraestrutura). O projeto, que inclui a construção da ponte, está orçado em R\$ 5,34 bilhões, com aporte de R\$ 1,51 bilhão do governo do estado. "O nosso projeto é de desenvolvimento econômico para o estado. Esta não é uma ponte que vai servir apenas para as duas cidades, mas será um novo vetor de desenvolvimento para todo o estado, da mesma maneira que foram o Polo Petroquímico e o Centro Industrial de Aratu, nas décadas de 70/80", enfatizou.



João Leão

Segurança

Já o secretário da Casa Civil, Bruno Dauster, disse que a presença dos empresários e bancos demonstrava a importância do projeto. "Esta talvez seja a última reunião com interessados não apenas na construção da ponte, mas também no financiamento. Além do BNDES e da Desenharia, estão presentes bancos e agências de fomento internacionais. Nós vamos lançar o edital no máximo até 30 de julho e vamos abrir o edital na Bolsa de São Paulo até o fim de setembro". Nesse sentido, o diretor-comercial da empresa italiana Salini Impreglio, Massimo Guala, ressaltou que a Bahia desponta como um estado que oferece segurança aos investidores. "Agora estamos chegando a um ponto interessante, com garantias apresentadas, como volume mínimo de trânsito e proteção cambial. São aspectos positivos".

LDO 2020

A estimativa de receita da prefeitura de Salvador para o exercício fiscal de 2020 é de pouco mais de R\$ 8 bilhões, conforme projeta a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que estabelece metas e prioridades para o próximo ano. O projeto da LDO com essa projeção e as ações prioritárias da gestão municipal foi apresentado aos vereadores por Ana Nery Reis, diretora-geral de Orçamento da Casa Civil, em audiência pública da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização. O vereador Joceval Rodrigues (Cidadania) dirigiu o encontro, realizado ontem, no auditório do anexo Bahia Center.

Realinhamento

Segundo Ana Nery, a LDO está em realinhamento com o cenário macroeconômico do país, com IPCA de 3,89% e PIB de 1%, neste ano. Ela informou que a estimativa de receita será de R\$ 8,022 bilhões, ficando a despesa na mesma perspectiva, indicando equilíbrio fiscal. "A LDO é uma prévia do orçamento com esboço de receitas", esclareceu a diretora de Orçamento. Segundo explicou, a LDO prevê 45 ações no campo social, como a construção/reconstrução de 17 Centros Municipais de Educação Infantil e sete Unidades de Saúde da Família.



ACM Neto

Ameaças

O presidente nacional do DEM, ACM Neto, comentou a saída do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Joaquim Levy, que pediu demissão no domingo. Segundo o democrata, a forma de "demitir" do presidente é um estilo dele, porém, baixas no Governo, em tão pouco tempo, coloca em dúvida a atual gestão.

Colaboradores

"Eu procuro muito preservar minha equipe, meus colaboradores. São pessoas da minha confiança. O presidente da República tem o estilo dele. É o estilo de cada um. Essas mudanças todas em tão pouco tempo, elas geram uma dúvida quanto à continuidade administrativa do governo, que é uma coisa importante. Quando se começa um trabalho tem uma perspectiva de médio e longo prazo. Agora, é direito do presidente nomear e demitir quem ele quiser da sua equipe. Quem se dispõe a trabalhar com esse estilo, tem que estar preparado. Se fosse eu faria diferente".

“Vamos ver se consegue voltar no plenário e, se eventualmente, não for possível, no segundo semestre enviaremos um projeto mais detalhado”.

Do ministro Onyx Lorenzoni ontem, ao falar sobre a proposta do governo de enviar, no segundo semestre, um projeto propondo a capitalização da Previdência.

Martelo batido

Depois de um tempo de negociações, a empresa baiana e designer de interiores Mila Moraes chegou de São Paulo com contrato de sociedade firmado com o arquiteto paulista Francisco Lopes. Ele, que tem projetos espalhados pelos quatro cantos do país e é o queridinho das grandes marcas, desembarca essa semana na capital baiana para participar de alguns eventos e se reunir com clientes.

Risco

A deputada estadual Kátia Oliveira (MDB) defende a instalação de um campus da Universidade do Estado (Uneb) em Simões Filho, com a oferta de cursos presenciais e EAD. Segundo a parlamentar, este é um compromisso antigo assumido, em 2012, pelo então governador Jaques Wagner (PT) e, em 2014, pelo candidato e hoje governador Rui Costa (PT). "É uma promessa antiga do governo que ainda não saiu do papel", ressaltou ontem a deputada. Para ela, após a greve das universidades, a Uneb entre elas, este é o momento para retomar este debate. Kátia solicita também a implantação de um parque científico-tecnológico, com foco em pesquisa e inovação.

Nepotismo

O projeto de Lei 117/19 determina que o candidato não poderá ser cônjuge, companheiro ou parente – em linha reta, colateral ou por afinidade – até o segundo grau de outros que disputem eleições pela mesma coligação, ainda que em cargos distintos, ou de parlamentares no exercício de mandato. O texto altera a Lei das Eleições. A proposta está em tramitação na Câmara dos Deputados. O autor, deputado Joseildo Ramos (PT-BA), disse que a ideia é combater o nepotismo eleitoral.

Corredor da Fé

O pontapé para a construção do Corredor da Fé, na Cidade Baixa, será dado às 17h30 desta terça, com a assinatura da ordem de serviço para início imediato das obras pelo prefeito ACM Neto. A cerimônia será realizada na Baixa do Bonfim, no fim da Avenida Dendzezeiros. Com projeto da Fundação Mário Leal Ferreira, a obra terá duração de 12 meses e contará com investimentos próprios de R\$ 16,1 milhões. O Corredor da Fé será um espaço de peregrinação e turismo religioso a ser implantado na Avenida Dendzezeiros, entre os santuários de Irmã Dulce e a Basílica do Senhor do Bonfim.

Brasil-Cuba

A deputada federal Lídice da Mata (PSB) reassumiu a presidência do Grupo Parlamentar Brasil-Cuba, formado por mais de 100 congressistas e que este ano completa 30 anos de atuação. A deputada baiana já coordena o grupo quando senadora. Também integram a atual coordenação do Grupo as deputadas Alice Portugal, Perpétua Almeida e Jandira Feghalli pelo PCdoB; e os deputados Alexandre Padilha – PT; Gláuber Braga – PSOL e André Figueredo – PDT.

Caatinga

Também está em tramitação na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei do Senado (PLS 578/2015), de iniciativa de Lídice, que inclui o bioma da caatinga entre as prioridades de aplicação de recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente (Lei 7.797/1989). O projeto já havia sido aprovado pelo Senado e agora tramita na Câmara. O relator na CFT é o deputado Walter Alves (MDB-RN).

Cobrança

Presidente do DEM na Bahia, o deputado federal Paulo Azi voltou a cobrar um posicionamento do governador Rui Costa (PT) sobre a reforma da Previdência, após reunião da executiva estadual do partido. Para o democrata, a postura adotada pelo petista diante do tema, fundamental para a economia do país, é "incoerente e irresponsável". "O governador precisa sair de cima do muro e dizer se é a favor ou contra a reforma. Na campanha, ele dizia que era crítica já foram retirados. E agora, governador, qual sua posição?", cobrou Azi, ao lembrar que o trabalhador rural, o BPC, a capitalização e a desconstitucionalização já foram retirados do texto.



Paulo Azi

Saneamento

O deputado estadual José de Arimateia (PRB) participou ontem, no Centro de Convenções de Natal, no Rio Grande do Norte, do 30º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental. O republicano representou o parlamento baiano no evento, que é considerado o mais significativo do setor no país. "A Bahia precisa avançar nas questões sanitárias e ambientais, de forma a intervir em campos ligados a análise de riscos ambientais de um melhor planejamento sanitário regional e urbano, intensificar as auditorias ambientais e sanitárias e os estudos de impacto ambiental. Acredito que com essas medidas teremos uma capacidade maior para prevenir acidentes, recuperar áreas degradadas e promover o desenvolvimento sustentável".

Mototaxistas

Ao elencar a baixa adesão por conta dos critérios rigorosos e diante do prazo apertado (que se encerra dia 26), o líder da oposição na Câmara, vereador Sidninho (Podemos), disparou que o credenciamento dos mototaxistas de Salvador, exigido pela prefeitura, "não favorece a categoria e possui conotação eleitoral". De acordo com ele, os interessados deverão estar habilitados na categoria A, há pelo menos dois anos, e possuir a motocicleta que será credenciada em seu nome, sempre na cor amarela. Ainda, segundo Sidninho, as motos permitidas para a prestação do serviço de transporte não podem ter até oito anos de uso. "Sem contar que os condutores devem utilizar todos os itens de segurança estabelecidos, ter curso de especialização sobre condução de passageiros em veículos motorizados de duas rodas, dentre outras".

Qualirede

Com audiência pública marcada para hoje, na Comissão de Saúde e Saneamento Básico da Assembleia Legislativa da Bahia, a Qualirede, empresa que administra o Planserv, enviou ofício ontem, véspera do evento, se negando a comparecer ao debate sob a justificativa de "tempo exíguo do convite". Diante de mais uma recusa por esclarecimentos em relação à real situação do plano de saúde dos servidores do estado, o deputado estadual Alan Sanches (DEM) frisa que vai buscar apoio para uma convocação oficial no colegiado do corpo diretivo do Planserv, bem como da Qualirede.

Assistência social

Em reunião na tarde de ontem, a vereadora Aladilce Souza (PCdoB) apresentou voto em separado na Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final (CCJ) ao Projeto de Lei nº 139/19, de autoria do Executivo municipal, que institui o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Na leitura do parecer, realizada na Sala de Comissões Antônio Lima, a legisladora apresentou oito emendas ao texto. Segundo ela, as alterações visam "adequar e trazer elementos da lei complementar e das técnicas legislativas que não poderiam ficar de fora da lei". A vereadora Lorena Brandão (PSC) acompanhou Aladilce em duas emendas (1 e 6), o que provocou novo pedido de vista da Comissão. Com isso, a votação no colegiado foi adiada para a próxima reunião. A relatora do PL é a vereadora Marcelle Moraes (sem partido).



Gustavo Montezano

O mundo gira

Escolhido para comandar o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), Gustavo Montezano foi indicado pelo próprio ministro Paulo Guedes para ocupar uma diretoria da instituição, mas o então presidente Joaquim Levy, que se demitiu no domingo, não aceitou a sugestão. Seguindo Gerson Camarotti, diante do veto, Montezano foi aproveitado como secretário especial adjunto de Desestatização e Desinvestimento do Ministério da Economia, na equipe do secretário Salim Mattar. Agora, Montezano vai justamente para o lugar de quem o preteriu.

PAULO ROBERTO SAMPAIO

O que dizer num país de apaixonados?

Estive pensando como está difícil estabelecer hoje o certo e o errado em qualquer avaliação do momento político nacional. Uma mesa de bar ou de trabalho pode virar palco de uma contenda apaixonada. A internet, então, virou uma grande arena onde se disputa o poder de determinar o que é a verdade, onde o bem e o mal se digladiam, sempre cada lado se julgando o bem.

Os fatos, a Constituição, o Estado de Direito e as leis, entre elas a que criminaliza quem rouba, faço questão de frisar, tornaram-se componentes secundários, partindo do princípio de que os meios justificam os fins. As certezas ideológicas alimentadas desde as eleições de outubro transformaram a razão num elemento secundário, irrelevante mesmo.

Roubar não é crime quando por trás desse roubo ou dessa formação de quadrilha para saquear os cofres públicos está um líder populista, o pai dos pobres, um semi-Deus encarnado na figura de um nordestino que virou líder sindical e construiu uma das mais belas carreiras políticas em território nacional, até mergulhar na lama da corrupção.

No outro extremo, desconsiderar a distância mínima da decência e da prudência entre um juiz e os acusadores de um personagem tão polêmico dessa república - e mesmo que fosse

qualquer outro réu, a observação se aplica - e tudo acaba sendo aceitável, em nome de combater o mal. Rasguem-se as leis. Para pôr o bandido na cadeia vale tudo.

Juristas ficam rubros, advogados protestam, mas todos devem ser uns esquerdistas enrustidos ou se locupletavam da farra petistas e de seus aliados, dizem os do outro lado. E as redes sociais estão aí para referendar tudo, nessa espécie de vale-tudo, que mais lembra os sangrentos combates de MMA, embora lá ainda existam alguns poucos limites.

Daí, num cenário tão desfigurado, onde sequer um mínimo de bom senso prevalece e o julgamento já foi feito antes que você abra a boca ou escreva a terceira palavra num texto, aí de quem ousar questionar corações tão apaixonados, convicções tão cristalizadas, mesmo munido de fatos incontestáveis e de argumentos.

Será submetido a uma espécie de tribunal de inquisição, contemplado logo com uma pecha, tratado como um bolsonarista ou petista, renegado como os leprosos eram até o fim da primeira metade do século passado, pelos que, orgulhosamente, se julgam do "lado certo". Exploda-se o Estado democrático de Direito ou os valores morais da sociedade.

Vejam, só a título de uma mostra, como os extremos se



comportam nesse momento, ignorando qualquer lógica. Atendem ao que diz a jornalista Vera Magalhães, do Estado de São Paulo. *Proponho um exercício de abstração. Suponhamos que, em vez de Moro e Deltan Dallagnol, os diálogos divulgados pelo The Intercept*

Brasil se dessem entre o juiz e o procurador do caso Fabrício Queiroz-Flávio Bolsonaro, que completa seis meses ainda envolto numa névoa de explicações mal dadas e de iniciativas túbias por parte do sempre combativo Ministério Público.

Qual seria a reação do presidente Jair Bolsonaro neste caso? Como reagiria ao ler/ouvir os procuradores do caso do "geroto" (o 01) confabulando com o juiz que, cedo ou tarde, teria de julgá-lo? Daria o mesmo apoio que deu ao seu ministro da Justiça (e ex-juiz do caso Lula)?

Evidentemente, a resposta é não. E ela pode ser extrapolada de Bolsonaro para a claqué inflamada que vem defendendo Moro nas redes sociais. Vale o exercício, da mesma maneira, e no sentido inverso, como reagiriam os bolsonaristas para o caso de, amanhã ou depois, o tal site divulgar uma conversa de Rogério Favreto, aquele que mandou soltar Lula num domingo, confabulando com os advogados do petista, por hipótese.

Definitivamente, vivemos num país de apaixonados que só enxergam o que querem. E aí, o que fazer?

*Paulo Roberto Sampaio é diretor de Redação da Tribuna e escreve neste espaço às terças-feiras.